

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	/ /
Cod.	WTD00/90

REFLEXÕES SOBRE A "EXPULSÃO" DE UM PESQUISADOR
ETNÓLOGO DE ÁREA INDÍGENA

Trabalho Final do Projeto: "Os Waimiri-Atroari na
Etnologia Carib", CNPq.

Stephen Grant Baines

Brasília, fevereiro de 1990

REFLEXÕES SOBRE A "EXPULSÃO" DE UM PESQUISADOR ETNÓLOGO DE ÁREA INDÍGENA

Trabalho Final do Projeto: "Os Waimiri-Atroari na Etnologia Carib"

Para abordar a questão da minha "expulsão" da área indígena Waimiri-Atroari (1), em junho de 1989, faz-se necessário examinar a história recente do contato interétnico nesta área indígena. O Programa Waimiri-Atroari, que atua nesta área, partiu do Termo de Compromisso Nº 002/87, assinado em 03 de abril de 1987, entre a FUNAI e a ELETRONORTE, "objetivando a implantação de um programa de apoio às comunidades indígenas Waimiri-Atroari, tendo em vista a inundação de parte de suas terras imemorais pela Usina Hidrelétrica de Balbina".

Examinando a atuação deste Programa de política indigenista governamental nos termos oferecidos por Oliveira Filho ao lidar com FUNAI, S.P.I., INCRA e tribunais de justiça, conduzindo um estudo dos "aparelhos de poder utilizados sobre os índios na definição de seus direitos territoriais" (1989a:5). Como acrescenta Oliveira Filho, "Tais aparelhos, com suas redes de papéis e de pessoas, dirigidos por regras, programas e rotinas, operam com um dinamismo próprio que não pode de maneira alguma ser confundido com as razões e motivações das populações tribais, que legalmente pretendem proteger ou representar" (Ibid). Mesmo quando os aparelhos incorporam indígenas como seus porta-vozes, há de se examinar o tipo de relações sociais em que estão inseridos, a assimetria destas relações e as desigualdades inerentes a uma situação de contato interétnico.

A atuação da Eletronorte no território dos Waimiri-Atroari partiu da tomada de decisão para a construção da hidrelétrica de Balbina, sem consultar anteriormente a população indígena. O Programa de assistência foi criado na fase final das obras da barragem e poucos meses antes do fechamento das comportas em outubro de 1987. Visava, tardiamente, "diminuir os impactos e efeitos diretos e indiretos que virão a sofrer em função das alterações em seu ecossistema".

O Termo de Compromisso Nº 002/87 inclui o deslocamento de

(1) Realizei aproximadamente dezessete meses de pesquisa de campo na área indígena Waimiri-Atroari entre 1982 e 1985, num projeto de pesquisa de doutorado em Antropologia na Universidade de Brasília.

quatro "Capitães" Waimiri-Atroari, em abril de 1987, à Usina Hidrelétrica de Tucuruí "para terem conhecimento real do que significará a inundação ..." Considerando que a hidrelétrica de Balbina estava na sua última fase de construção, o deslocamento serviu, sobretudo, para convencer os indígenas a aceitar um fato consumado. O Programa oferece uma infra-estrutura assistencial subordinada a este fato consumado, o da alagação e modificação irreversível do meio-ambiente com conseqüências imprevisíveis, obrigando o deslocamento de aproximadamente um terço da população total dos Waimiri-Atroari do território afetado pela inundação. O Programa Waimiri-Atroari assumiu a atuação indigenista nesta área, anteriormente realizada pela "Frente de Atração Waimiri-Atroari" da FUNAI, num processo histórico de imposições e violências (Baines, 1988).

"A Frente de Atração Waimiri-Atroari"

A implantação desta "Frente de Atração" acompanhou outra obra do Governo Federal realizada sem consultar os Waimiri-Atroari: a construção da estrada BR-174. Esta obra, realizada pelo Exército no início da década de 1970, cortou o território indígena ao meio. A FUNAI impôs uma política de "integração acelerada", nomeando jovens Waimiri-Atroari como "Capitães de aldeias" entre os sobreviventes de epidemias e conflitos interétnicos que deixaram a população indígena dizimada drasticamente.

Esta nova liderança indígena nomeada pela própria "Frente de Atração" e a ela subordinada, fazia parte da política indigenista de fixar os Waimiri-Atroari em aldeamentos próximos aos Postos Indígenas e subordinados a estes. Neste ambiente novo criado pela FUNAI, os Waimiri-Atroari foram submetidos a um regime de trabalho em que suas vidas foram arregimentadas pelos funcionários, valendo-se dos "Capitães" como intermediários.

A "Frente de Atração" da FUNAI agia sobre os Waimiri-Atroari como uma instituição total, usando o termo de Goffman (Baines, 1988, Capítulo III). Uma equipe dirigente de funcionários estabeleceu relações sociais de sujeição-dominância (Cardoso de Oliveira 1976:55) sobre os Waimiri-Atroari, investindo os "Capitães" de poder para incorporá-los como sub-dominadores na equipe dirigente. Como afirma Foucault "Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade (...) as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social"(1986:181).

A "Frente de Atração Waimiri-Atroari" se caracterizava por um

alto número de funcionários da FUNAI (2) (Baines, 1988, Capítulo III 2.i) e a imposição de projetos econômicos dirigidos por estes funcionários para redirecionar a sociedade indígena.

O grande contingente de funcionários junto a uma população indígena tão dizimada, impunha relações sociais de extrema desigualdade, submetendo os Waimiri-Atroari a um controle vigiado que atingia todos os aspectos da sua vida nos mínimos detalhes. Dentro de poucos anos os jovens "Capitães" se apresentavam como trabalhadores transferíveis e substituíveis, parte do sistema de produção implantado pela FUNAI, identificando-se com os servidores embora subordinados a estes. Desempenhavam um cargo criado pela administração da FUNAI, tornando-se exímios cumpridores e transmissores de ordens, adotando o discurso de dominação dos funcionários (Baines, 1988, Capítulo X). Durante a época em que realizei pesquisa na área, sua atuação podia ser caracterizada como uma comunicação distorcida (Habermas, 1980:181s) que não provinha deles mas existia como um terceiro diálogo e comportamento que se estabeleceu entre eles e eu como pesquisador. Examinei esta comunicação distorcida como um contexto de dominação (Habermas, 1980:204), vendo a fala como um meio de dominação e poder social (Habermas, 1970:287).

Destaco o controle sobre meu acesso a informações por alguns funcionários e "Capitães" Waimiri-Atroari através de um discurso de "índio" para "branco" que foi acionado por certos funcionários que se identificavam como "índios" (3). Estes foram posicionados como sub-dominadores dentro da equipe de servidores, ao serem discriminados pela identidade étnica de "índio", embora se posicionassem como "funcionários índios" e "índios civilizados" para discriminar os "Capitães" Waimiri-Atroari como "índios", junto com os demais Waimiri-Atroari.

Os Waimiri-Atroari recorriam a discursos que contextualizavam as identidades étnicas de "índio", "índio civilizado" e "funcionário ín-

(2) Em 1983 havia 48 servidores na área, quando a população Waimiri-Atroari, após décadas de massacres e epidemias, era de aproximadamente 332 pessoas. Conforme informações fornecidas pelo gerente do Programa em junho de 1989, havia 52 servidores junto a uma população indígena de 397 indivíduos. Até setembro de 1989, o número de funcionários foi aumentado para 61, segundo afirmações do supervisor do Programa, que alega que a população Waimiri-Atroari cresceu para 466 pessoas.

(3) Nesta época, a "Frente de Atração" tinha um contingente grande de funcionários que se identificava, em alguns contextos, como "índios". A maioria destes funcionários, embora reivindicando origem indígena de outros grupos étnicos, tinham trabalhado em cidades durante muitos anos. Identificaram-se, em primeiro lugar, como funcionários da FUNAI, e sua atuação com relação aos Waimiri-Atroari diferia pouco daquela dos funcionários "brancos".

dio" de diversas maneiras, seguindo os discursos que os servidores lhes apresentavam. Conseqüentemente, sua contextualização era subordinada às relações sociais de sujeição-dominação que os funcionários lhes impunham.

O discurso indigenista, ao exigir dos Waimiri-Atroari a postura de "índio conscientizado", pensado genericamente, que se posicionasse e atuasse em oposição ao "branco", tencionava a concretização deste estereótipo para o lançar como a realidade. Os discursos de "índio conscientizado" e "funcionário índio" apresentavam uma contradição no contexto da "Frente de Atração", ao propor uma redefinição do "índio" como unificado contra o "branco", quando as relações sociais entre os Waimiri-Atroari e os funcionários "índios" (e "brancos") eram contraditórias e de sujeição-dominação (Cardoso de Oliveira 1976:55). Acionavam discursos de autodeterminação dentro de um contexto de dominação que constituía, em si mesmo, a supressão absoluta de autodeterminação, e a subordinação dos Waimiri-Atroari a um modelo de desenvolvimento econômico atrelado a interesses empresariais articulados pela FUNAI e pelo Exército.

A Proposta de Pesquisa na Época do Programa Waimiri-Atroari (Convênio FUNAI/ELETRONORTE)

Solicitei autorização ao CNPq e à FUNAI para continuar pesquisa etnológica na área dos Waimiri-Atroari, em dezembro de 1988. Ao saber da minha proposta, alguns funcionários do Programa Waimiri-Atroari logo construíram uma imagem negativa da pesquisa para os Waimiri-Atroari. O então Coordenador do Sub-Programa de Educação, em parecer datado de 10.01.89, durante uma "consulta prévia" à área, pediu "que o pesquisador mande seus trabalhos escritos sobre os Waimiri-Atroari - teses, comentários, folhetos, livros etc... baseado no tempo de pesquisa anterior na área", questionando, também, o "retorno" da pesquisa para os índios e afirmando que nem o Coordenador nem os Waimiri-Atroari conhecem o resultado da pesquisa.

Ressalto que entreguei à FUNAI relatórios após cada etapa de pesquisa, um relatório de Grupo de Trabalho em 1985, um vocabulário em 1983 que ainda está sendo usado pelo Sub-Programa de Educação (4), cópias de fotografias, e uma cópia da minha tese de doutorado em 1988, além de fornecer cópias de fotografias para os Waimiri-Atroari quando solicitavam durante a pesquisa de campo. Se o Coordenador não recebera cópias deste material, foi em decorrência de o-

(4) Conforme informações fornecidas por pessoas que estiveram na área nos últimos meses de 1989.

missão por parte da FUNAI e não por parte do pesquisador. A partir de janeiro de 1989, este Coordenador apresentou aos Waimiri-Atroari no aldeamento onde reside o "Capitão Principal" uma atitude de que minha pesquisa "não trazia retorno imediato" para os Waimiri-Atroari.

Ao me apresentar na sede do Programa em Manaus em junho de 1989, com autorização concedida pelo CNPq, e pela Presidência da FUNAI no mesmo mês, alguns funcionários da coordenação do Programa reclamavam, apesar da "consulta prévia" que eles fizeram cinco meses antes, que a FUNAI não me havia encaminhado ao Programa antes de emitir a autorização. Considerando que a Portaria Interministerial Nº 278 de 18 de novembro de 1988 dá à FUNAI e ao CNPq o poder de conceder autorização para ingresso em áreas indígenas, os funcionários do Programa recorreram ao item 13 da Portaria Presidencial da FUNAI Nº 782/88, insistindo numa reunião organizada pelo programa em que eu apresentaria o projeto de pesquisa à comunidade indígena para que fosse endossado, visto que alegaram que as lideranças de uma aldeia não haviam demonstrado interesse algum na realização da pesquisa. Nesta reunião, relatada em detalhes no Relatório de Pesquisa de Campo: "Expulsão" (Baines, 1989), os Waimiri-Atroari expressavam a atitude de que "não havia retorno" da minha pesquisa, que "não sabiam o que eu estava fazendo no passado", que eu "não estava fazendo nada", e que já sabiam que eu estava relacionado a "entidades prejudiciais aos índios", e que eu estava "os enganando".

Alguns meses depois da "expulsão", o supervisor do Programa afirmou que quando ele conversou com os Waimiri-Atroari sobre o incidente, eles disseram que não teriam objetado a minha presença se eu tivesse pedido sua autorização, mas que eu tinha chegado na área sem lhes pedir. Reiterou a atitude veiculada por certos funcionários do Programa.

Ressalto que solicitara autorização através do CNPq e da FUNAI seis meses antes, pela única maneira que dispõe o pesquisador etnólogo, e conforme as normas estabelecidas pela própria FUNAI, considerando que o acesso ao território dos Waimiri-Atroari é controlado pela FUNAI, sem existir outros meios para se comunicar com os indígenas. Se minha solicitação de autorização para pesquisa etnológica não tivesse chegado ao conhecimento dos Waimiri-Atroari, isso teria revelado uma falta de coordenação entre a FUNAI e o Programa Waimiri-atroari. Porém, a "consulta prévia" datada de janeiro de 1989 revela que o Programa não somente ti-

nha sido informado com antecedência da minha proposta de pesquisa mas, desde então, apresentou-a aos Waimiri-Atroari como não sendo de interesse nem para os indígenas nem para o Programa.

Na reunião de consulta à comunidade indígena, em junho de 1989, o gerente do Programa acompanhado pelo chefe de gabinete do Superintendente Regional da FUNAI seguiram na frente do pesquisador, ao contrário do que o gerente combinara, para novamente apresentar a cerca de quarenta Waimiri-Atroari de dez aldeias, levados pelo Programa para esta reunião, a atitude de que a pesquisa não era de interesse, acionando discursos de autodeterminação para fazer parecer que os Waimiri-Atroari estivessem exercendo seu direito de não aceitar a presença de um pesquisador. Direito que reconheço ser deles, se a apresentação da pesquisa e do pesquisador não fosse feita através de funcionários do próprio Programa FUNAI/ELETRONORTE. Saliento, também, que durante as etapas de pesquisa anteriores, sempre consultei, pessoalmente, os Waimiri-Atroari em cada aldeia, para obter sua aceitação.

Oliveira Filho, ao comentar a consulta às unidades regionais da FUNAI e a anuência dos próprios índios entre as normas para ingresso em áreas indígenas, estabelecidas pela Portaria Nº 745 da Presidência da FUNAI, afirma que "A maioria dos antropólogos sabe por experiência própria o quanto os administradores consideram incômoda a presença de um pesquisador em sua jurisdição e os argumentos de que costumam lançar mão para evitar que tenham que conviver com uma situação de pesquisa"(1988b:2).

O fato de que as superintendências executivas regionais, e neste caso, o Programa Waimiri-Atroari, passaram por meio de uma "consulta prévia" a opinar sobre a "viabilidade do ingresso na referida área" (art. 5º) nas palavras de Oliveira Filho, "pode ser transformado em um virtual poder de veto", fundado em quaisquer rancores pessoais, preconceitos, ou avaliação que o pesquisador diverge da linha de política indigenista.

Desde a primeira entrevista com o gerente do Programa na sua sede em Manaus, no início de junho de 1989, este apresentou a proposta continuação da pesquisa na área indígena como não sendo de interesse para o Programa, posicionando-se como indigenista que vê a maioria dos trabalhos antropológicos como "acadêmica" e "sem retorno" para os indígenas, apresentando uma ótica que parte da premissa de uma dicotomia entre a antropologia e o indigenismo. O su-

pervisor revelou, posteriormente, após ter lido minha tese de doutorado, que não gostou da minha atitude com relação ao indigenismo.

A exigência "de que a pesquisa só será aprovada após ouvida a liderança indígena e obtida sua aquiescência" (5) é, continua Oliveira Filho, "retrógrada e demagógica. Deixa claro que doravante todo o arbítrio e ato de força não decorrerão mais da FUNAI ou dos administradores locais, mas serão exercidos no nome do próprio índio" (Ibid), o que ocorreu no caso da minha "expulsão". Oliveira Filho continua: "Quem garante (ou melhor, quem acredita) que possa ocorrer uma livre manifestação de vontade da parte dos índios, uma vez que a consulta será conduzida pelos funcionários da FUNAI, com interesses nitidamente diferentes (quando não antagônicos) aos dos índios? Nada assegura que tal processo seja realizado sem compulsões espúrias sem a difusão de informações falsas, sem a disseminação de boatos e temores, sem a veiculação verbal de opiniões extemporâneas (...).

"Como pode o pesquisador ter certeza de que suas intenções com a pesquisa estão sendo convenientemente transmitidas ao grupo indígena, se toda essa consulta se faz exclusivamente através da máquina administrativa da FUNAI (6)? (1988b:3).

A maneira como foi articulada a minha "expulsão" encaixa-se na configuração atual da política indigenista governamental, valendo-se de discursos de autodeterminação, em que a decisão tem que partir dos próprios indígenas. Porém, neste caso, o Programa, ao agir contra o pesquisador através dos Waimiri-Atroari, estava recorrendo ao mesmo modelo para afastar indivíduos utilizado por funcionários da antiga "Frente de Atração" (Baines 1988, Capítulo IX pág. 424s e pág. 518-521). A censura do pesquisador "incômodo" partia de funcionários da equipe dirigente, sendo transmitida por meio dos "Capitães" e jovens aos demais Waimiri-Atroari, que exigiram seu afastamento da área. Entretanto, na época da "Frente de Atração", este modelo de afastamento era articulado entre grupos de funcionários para afastar certos Chefes de Posto e Coordenadores como parte da luta pelo poder entre a equipe dirigente, através do "Capitão" e os habitantes de um ou mais aldeamentos para

(5) Estipulada no art. 6º da Portaria 745 da FUNAI.

(6) Neste caso, do Programa Waimiri-Atroari (FUNAI/ELETRONORTE)

afastar o indivíduo "incômodo". No caso da minha "expulsão", o modelo foi acionado pela Coordenação do Programa numa campanha que mobilizou todos os "Capitães" e outros Waimiri-Atroari de todos os aldeamentos. Este fato revela como a equipe de servidores continua incorporando os indígenas em sua estrutura policial para que estes ajam como porta-vozes do próprio Programa.

A "expulsão" foi uma ação seletiva e personalizada, como ficou claro pela atitude do gerente do Programa. Este, após ler meu relatório de "expulsão", entrou em contato imediatamente com o responsável pela expedição científica no Museu Paraense Emílio Goeldi, convidando-o ou a qualquer antropólogo do Museu menos eu, para ir à área Waimiri-Atroari e observar a atuação do Programa.

O Programa Waimiri-Atroari mantém sessenta e um funcionários na área, onde, na parte da Reserva Indígena desmembrada por Decreto Presidencial Nº 86.630 de 23.11.81, existem milhares de funcionários da Mineração Taboca (Grupo Paranapanema), além de servidores armados de uma empresa de segurança controlando o acesso à estrada vicinal desta mineradora, em plena área indígena. Tomando em consideração esta situação, por que uma campanha cuidadosamente organizada para discriminar um pesquisador etnólogo que não destrói recursos não renováveis, nem tem impacto negativo sobre a vida do grupo indígena e o meio ambiente?

O que levou alguns funcionários do Programa Waimiri-Atroari a ficarem tão incomodados com a minha presença? Minha tese de doutorado reflete sobre a política indigenista na época em que esta área era designada "Frente de Atração" da FUNAI. Oliveira Filho, referindo-se à tese, constata: "No cotidiano descrito de uma frente de atração os fatos aparecem não como denúncias, mas por não ser possível descrever as situações de conduta real omitindo os fatores de dominação e violência" (1989b:30). Será que alguns funcionários do Programa pensavam que a continuação da pesquisa revelaria aspectos que prejudicariam sua imagem pública? Ou que minha pesquisa demonstraria que o Programa atual continua a agir sobre os Waimiri-Atroari como uma instituição total dirigida por interesses que partem do Governo Federal e grandes empresas? Que a "autodeterminação" indígena que surge no contexto do Programa esteja subordinada a estes interesses, como era na época da "Frente de Atração"?

Claramente, o Programa Waimiri-Atroari se preocupa em apresentar uma imagem pública positiva. preocupa-se em incorporar cientistas para realizar trabalhos em áreas como ecologia, etno botânica e lingüística. Reconhecendo o alto valor destes trabalhos, questiona-se se o Programa censurou a pesquisa de um etnólogo que já realizou 17 meses de pesquisa na área justamente por ter examinado a política indigenista. Certos funcionários afirmaram, em junho de 1989, que eles e os Waimiri-Atroari só aceitariam a presença de pesquisadores caso trabalhassem junto com eles no Programa.

Oliveira Filho observa que "Geralmente uma pesquisa de natureza científica é sempre entendida pelos funcionários da FUNAI como devassa administrativa e algo para desestabilizar os seus empregos, criar rumores, indisposições dos índios contra eles" (1989b:30). O Programa promove a realização de pesquisas sob sua supervisão, seletivamente censurando uma pesquisa que entre outros temas examinou a política indigenista. Para esta censura foram utilizadas iniciativas caluniosas que marcaram irreversivelmente a pesquisa e a relação do etnólogo com os Waimiri-Atroari.

Durante a reunião de "expulsão", alguns Waimiri-Atroari caracterizavam meu trabalho como "fuxico", palavra usada também pelo gerente do Programa ao se referir à minha tese. Relatos de pessoas que estiveram na área depois da minha "expulsão" afirmam que diversos indígenas comentaram: "Stephen não presta. Não volta mais aqui" e, ao serem indagados dos motivos, acrescentaram que "O Programa diz que Stephen não presta". Estes relatos confirmam que os Waimiri-Atroari deram a entender que alguém lhes avisou, antes da reunião de "expulsão", que meu trabalho "não era de interesse".

Alguns funcionários da direção do Programa ressaltam que, atualmente, os Waimiri-Atroari não estão indo mais para a empresa mineradora, nem recebendo suprimentos dela, como acontecia na época da "Frente de Atração". Apresentam o Programa como uma alternativa a esta dependência existente na época da "Frente de Atração" (Baines, 1988, Capítulo IV, 2.iv).

Porém, o Programa Waimiri-Atroari continua a levar indígenas para atendimento médico e hospitalar da empresa mineradora enquanto não tiver instalado seu próprio hospital, segundo afirmações de pessoas que estiveram recentemente na área. Além disso, a mineradora continua a fornecer suprimentos aos Waimiri-Atroari como parte da "indenização" pela construção da estrada

vicinal que atravessa cerca de trinta e oito quilômetros do seu território entre a BR-174 e a área desmembrada da Reserva em 1981. Continua, também, o projeto de criação de gado, introduzido na época da "Frente de Atração" pela Paranapanema. Este projeto, implantado em três aldeamentos, representa um redirecionamento dirigido do estilo de vida dos Waimiri-Atroari. Nasceu de um plano para esta área concebido por representantes do Exército, da empresa Paranapanema, e da FUNAI em 1983, com objetivo de sedentarizar os Waimiri-Atroari, através da implantação de fazendas-modelo, em áreas restritas para facilitar as pretensões da mineradora em avançar ainda mais sobre o território indígena. O projeto pecuário, atrelado a um modelo de desenvolvimento econômico predatório ao meio-ambiente é totalmente alheio à vida indígena anterior, porém apoiado tanto pelos Waimiri-Atroari como pelo próprio gerente do Programa, que prevêem a expansão destas atividades para as outras aldeias. O gerente assinou, como testemunha, um "Termo de Compromisso de Assistência Social Voluntário" entre a Empresa Mineração Taboca S/A e três líderes Waimiri-Atroari em 26.08.86. Neste documento a empresa mineradora oferece às comunidades indígenas o projeto pecuário.

Examinando a "expulsão" a luz destes fatos, pode-se afirmar que ela ocorreu obedecendo o dinamismo do próprio Programa, cuja atuação indigenista está redirecionando a vida dos Waimiri-Atroari, agindo sobre eles como uma instituição total que os ressocializa subordinados à Coordenação. Como os valores e a ideologia dos funcionários estão sendo impostos, atingindo todos os aspectos da vida indígena, também as atitudes com relação a presença de tal ou qual pesquisador etnólogo que, por qualquer razão é vista como incômoda por alguns membros da equipe dirigente, são transmitidas para os Waimiri-Atroari através da jovem liderança. Esta deve seus cargos à sua obediência às ordens da equipe de servidores e à sua habilidade como mediadores de discursos indigenistas. O rumo que segue o processo irreversível do contato interétnico certamente dependerá, em primeiro lugar, das pressões exercidas por empresas sobre o território indígena e diretamente sobre os indígenas.

Stephen G. Baines

Stephen Grant Baines

Brasília, fevereiro de 1990.

BIBLIOGRAFIA

- BAINES, Stephen Grant 1988 - "É a FUNAI que sabe": A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, D.F.
- BAINES, Stephen Grant 1989 - Relatório de Pesquisa de Campo: "Expulsão" da Área Indígena Waimiri-Atroari. Apresentado ao Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, em 11.07.89.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto 1976 - Identidade, Etnia e Estrutura Social Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- FOUCAULT, Michel 1986 - Microfísica do Poder Rio de Janeiro Edições Graal, 6ª edição, 1986.
- GOFFMAN, Erving 1961 - Manicômios Prisões e Conventos Editora Perspectiva
- HABERMAS, Jürgen 1970 - Zur Logik der Sozialwissenschaften Materialen Frankfurt. Suhrkamp Verlag.
- HABERMAS, Jürgen 1980 - The Hermeneutic Claim to Universality. In Josef BLEICHER Contemporary Hermeneutics: Hermeneutics as method, philosophy and critique. London, Boston and Henley. Routledge & Kegan Paul. Reading III pp.181-209
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de 1988a - A Pesquisa Tutelada, Opinião in Ciência Hoje vol. 8/nº 43 p. 16
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de 1988b Notas sobre a Normatização da Autorização de Pesquisa Etnológica, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) 1989a Os Poderes e As Terras dos Índios Comunicação Nº 14, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de 1989b "Expedições Científicas em Terras Indígenas" in Boletim da ABA, Associação Brasileira de Antropologia Nº 6 - 1º semestre de 1989 pp. 28-30, 35.